

Projeto Cura chega ao ES

Representantes das Prefeituras dos municípios da Grande Vitória, além das de Cachoeiro, Linhares e Colatina, estiveram reunidos na tarde de ontem com diretores da Fundação Jones dos Santos Neves quando tomaram conhecimento do Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (Cura), do BNH. Em outra data, serão convocadas as demais Prefeituras do Estado, com a mesma finalidade.

Os objetivos do Projeto Cura são tornar-se um instrumento de ordenação dos investimentos em obras de infra-estrutura urbana e comunitária das cidades brasileiras. Para isso, dispõe-se a melhorar o nível de conforto da população mediante aumento da eficiência dos serviços urbanos; maximização dos resultados, em termos de benefícios prestados à população, dos investimentos urbanos públicos e privados feitos nas cidades, reduzindo assim a ociosidade existente; aumento da receita fiscal das cidades, mas não das alíquotas vigentes, mediante a taxaçoão que leva à utilização de terrenos beneficiados com investimentos da coletividade, coibindo a especulação. Além destes, o projeto Cura pretende a criação de critérios impessoais e racionais a fim de estabelecer prioridade de atendimento das áreas carentes de investimentos públicos e privados.

P7 66

Prefeito critica BNH na apresentação do projeto *Cura*

A demora na liberação de financiamento pelo BNH, para a realização de obras públicas, foi severamente criticada ontem, pelo prefeito da Serra, José Maria Feu Rosa, durante a apresentação do Projeto Cura, que visa incentivar a urbanização de áreas nos municípios. Ele disse que quando os recursos são liberados, não cobrem mais o orçamento em virtude da elevação constante nos custos de materiais.

Como exemplo, ele disse que foi obrigado a desistir de um financiamento com o banco, para a pavimentação de três bairros em seu município, onde um deles já tinha recebido os trabalhos de terraplenagem que com as chuvas se tornou intransitável, causando sérios problemas para a Prefeitura, que diariamente vem recebendo reclamações da população.

A situação do bairro de Novo México, onde o serviço de pavimentação está completamente destruído, foi um outro fato demonstrado pelo prefeito da Serra, sob a alegação de que o prefeito da época Solom Borges, foi obrigado a utilizar material de baixa categoria, pois quando o dinheiro chegou, já não dava mais para cobrir metade do projeto. Os técnicos do BNH — que faziam a

apresentação do projeto Cura — se limitaram a responder que o problema não pertencia à área de atuação deles, que se encontravam, no momento, sem condições de dar explicações.

PROJETO CURA

O encontro para a apresentação do novo Projeto contou com a participação dos prefeitos da Serra, Colatina e Cachoeiro juntamente com representantes de Vila Velha, Cariacica, Cohab, Banestes e Inocoops, e foi coordenado por Waldir Vacari e Pedro Abelardo Gaven, da Carteira de Desenvolvimento do BNH, auxiliados pelo Superintendente da Fundação Jones dos Santos Neves, Stélio Dias.

Segundo os técnicos o Projeto Cura objetiva apoiar as intenções dos municípios em adquirir o processo de urbanização das diretrizes locais de desenvolvimento. O programa oferece possibilidade de aplicação em termos de recursos financeiros contribuindo para a solução dos problemas, conferindo maior eficácia no desempenho de suas funções específicas.

O modelo de atuação do Projeto Cura, está

montado de modo a permitir aos municípios ordenar o uso do solo urbano e promover uma oferta de equipamentos — como água, luz, esgotos, calçamentos, através da adoção de critérios específicos para cada local.

O programa visa também a execução de planos de complementação, destinados a equipar áreas urbanas, influenciadas pela intervenção de projetos setoriais, executados ou programados, dentro dos padrões de urbanização compatíveis com a renda local e com as possibilidades do Poder Público.

Para participarem do programa, os municípios tiveram que atender à exigência básica, que é de não estar em débito com o INPS e o Fundo de Garantia por tempo de Serviço — FGTS. Os juros para o Espírito Santo foram estipulados na ordem de 3% ao ano e mais correção monetária. O prazo de amortização ficou estabelecido em 240 meses, com uma carência de 36 meses.

Preocupados com os instrumentos que o município possui para ocupação das áreas, que poderiam ser urbanizadas dentro do Programa e também com os mecanismos de retorno a serem utilizados no empreendimento, os técnicos do BNH, depois de questionados pelos presentes, respon-

deram que existem várias modalidades desde a cobrança de taxas, urbanização de áreas próprias — evitando-se a especulação — e até mesmo a desapropriação. O prefeito de Colatina, Syro Toldi, explicou que valorização de área não oferece condições de retorno à Prefeitura, devido ao baixo poder aquisitivo da população em geral, pois as chamadas áreas nobres já se encontram ocupadas por pessoas em condições financeiras satisfatórias.

Ele explicou também que o processo de desapropriação se fosse seguido em conformidade com a Lei, ficaria pendente na Justiça por vários anos". O que se faz atualmente são acordos, entre a Prefeitura e os proprietários de áreas".

Juntamente com os Estados do Amazonas, Pará e Rio de Janeiro, o Espírito Santo é um dos locais que não participam do Projeto Cura. Os municípios interessados deverão acompanhar o seguinte esquema: em primeiro lugar a Prefeitura deve selecionar as áreas a serem urbanizadas e em seguida enviar uma carta, cujo modelo foi distribuído aos presentes à reunião, juntamente com um mapa indicando o centro principal ao BNH, que depois de analisar e aprovar a proposição, assinará o convênio.